

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO INTERIOR DO CEARÁ: uma análise sobre os atendimentos do Centro de Referência da Mulher (CRM) no Município de Crato-CE

Wendell de Freitas Barbosa*
Palloma Sthefhanny Brito Lima**

Este artigo analisa o fenômeno da violência contra a mulher no município do Crato, Ceará, sob a ótica do atendimento realizado pelo Centro de Referência da Mulher (CRM) no período de janeiro 2015 a setembro de 2019. Os dados apresentados foram possíveis através da experiência da residência social combinando elementos da pesquisa qualitativa e quantitativa. Com base no banco de dados produzidos a partir dessa política pública, foi possível compreender o perfilamento das usuárias do equipamento; das agressões sofridas por elas; e dos atendimentos realizados pelo CRM na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Contra a Mulher. Políticas Públicas. Centro de Referência da Mulher.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o fenômeno da violência contra a mulher no município do Crato, situado na região metropolitana do Cariri cearense, sob a ótica do atendimento realizado pelo Centro de Referência da Mulher (CRM) no período de janeiro 2015 a setembro de 2019. Os dados produzidos nesse estudo foram possíveis mediante a metodologia da residência social (Fischer, 2014), por meio dela, foram desenvolvidas as etapas de imersão, diagnóstico e intervenção neste importante equipamento público, entre os meses abril a junho de 2019.

A Região Metropolitana do Cariri é composta pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Cariraçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri e se constituiu enquanto tal no ano de

2009 por ser a segunda maior região urbana do estado do Ceará. Esse desenvolvimento foi protagonizado por três cidades: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que juntas formam o triângulo conhecido como Crajubar (Queiroz, 2014). Os três municípios têm uma população estimada em 426.690 habitantes, sendo 52,45% desta população do sexo feminino, de acordo com dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2010a).

Segundo dados do Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da região do Cariri (URCA), no ano de 2017 foram registrados 2.190 Boletins de Ocorrência (B.O.) no Crajubar, nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) dos municípios que o compõem, o que implica dizer que em média seis mulheres por dia registraram casos de violência de gênero nesses órgãos especializados de segurança pública. A maior taxa de registros foi observada no município de Crato (Araújo; Albuquerque; Medina, 2018).

Esse cenário é reflexo de uma realidade nacional. O Brasil desde o ano de 2015 é considerado o 5º país onde mais se mata mulheres

* Universidade Federal do Cariri.
Avenida Tenente Raimundo Rocha, nº 1639, Cidade Universitária. Cep: 63048-080. Juazeiro do Norte – Ceará – Brasil. wendell.barbosa@ufca.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-4860-6733>

** Universidade Federal do Cariri.
Avenida Tenente Raimundo Rocha, nº 1639, Cidade Universitária. Cep: 63048-080. Juazeiro do Norte – Ceará – Brasil. Pallomasbstore@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0007-2492-3474>

no mundo, segundo Waiselfisz (2015). De acordo com Augusto (2019), em 2018 quase 8 mil mulheres foram vítimas de algum tipo de violência por razões de gênero no Brasil e no ano anterior aproximadamente 5 mil foram mortas, o que representa uma taxa de 4,7 mulheres vítimas de homicídio para cada 100 mil mulheres, 39,3% dos casos foram considerados como feminicídio (IPEA, 2019).

Segundo dados do Monitor da Violência do portal G1¹ produzidos no contexto da pesquisa, o Ceará figurava como o segundo estado com maior taxa de violência contra a mulher, que desde 2006 apresenta ascendência significativa no *ranking* das unidades federativas com maior número de mulheres mortas, registrando em 2018 um total de 447 homicídios dolosos contra elas, sendo 26 destes casos de feminicídio (Paulino; Pinusa, 2019).

Como previsto na Lei nº 11.340 (Brasil, 2006), o problema da violência contra a mulher demanda um arranjo de políticas intersetoriais advindas, sobretudo, das áreas da segurança, da assistência social e da saúde. Essa normativa atribui a esses campos a responsabilidade de desenvolver ações de prevenção à violência doméstica e a incumbência de garantir atendimento especializado às mulheres vítimas desse fenômeno através da instituição de equipamentos públicos de atendimento multidisciplinar, voltados à perspectiva de gênero.

No triângulo Crajubar há atualmente cerca de 30 equipamentos estaduais e municipais de proteção social básica e de média e alta complexidade que prestam o serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência. Esses equipamentos são frutos das Políticas Públicas (PP) das áreas responsáveis pela garantia desses serviços. No entanto, o que se observa a nível nacional, e que tem se resvalado a nível regional, é um modelo de falência das PPs desenvolvidas para a prevenção e enfrentamento da problemática da violência contra a mulher (Bueno; Lima, 2019). Isso se reflete,

por exemplo, pelo déficit registrado na procura pelos órgãos oficiais ano após ano de uma ordem de quase 3%, a nível nacional, entre os anos de 2016 e 2017, como apresentado por Bueno e Lima (2019); a nível Crajubar também foi possível verificar o decréscimo de quase 5% na procura por esses órgãos, conforme Araújo, Albuquerque e Medina (2018).

Um dos motivos para esse fenômeno é a precariedade da gestão e do uso das informações sobre a violência contra a mulher no desenvolvimento dessas políticas públicas. Essa precariedade se revela porque, de modo geral, os órgãos municipais e estaduais pouco têm se engajado na construção de dados que reflitam o cenário em que estão inseridos, apesar da obrigação legal² de fazê-lo (Ávila, 2019). Isso se reflete na falta de informações precisas no diagnóstico de dimensões importantes para o desenvolvimento das políticas como os perfis a que atendem e o resultado das suas ações. Porém, se dentro dos próprios órgãos não há mecanismos de coleta de dados e se eles desconhecem de modo concreto como fazê-los, não há como o desenvolvimento e monitoramento de suas ações ocorrer de modo qualificado.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar as informações, dados, discursos e índices produzidos a partir da experiência da residência social para entender o perfil social das mulheres atendidas pelo equipamento, bem como as percepções das usuárias sobre os serviços prestados pelo CRM. Com base nesses dados, será traçado o perfil do atendimento oferecido a essas mulheres. A análise se apoia no banco de dados do equipamento público gerado durante a fase de “intervenção” da residência social, que levanta uma série de informações relevantes sobre as mulheres vítimas de violência assistidas pela política.

Este estudo torna-se relevante por proporcionar uma leitura mais profunda de como tem sido desempenhado o atendimento a mu-

¹ Levantamento feito pelo portal de notícias do G1 que contabiliza homicídios, feminicídios e latrocínios.

² Vale salientar que a Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, garante o livre acesso a dados públicos de todos os órgãos e entidades em todos os níveis governamentais (Brasil, 2011).

lheres vítimas da violência de gênero. O uso dessas informações pode ser útil para o desenvolvimento de ações de prevenção e enfrentamento direcionadas aos perfis identificados pela análise e inspirar novas pesquisas para aprofundar a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher na região do Cariri.

Este artigo é, nesse sentido, fruto de uma experiência de pesquisa-ação (Elliot, 1997) de abordagem qualitativa e quantitativa, sua coleta de dados foi feita por meio do uso de plataforma digital e teve como fontes as fichas de atendimento das usuárias do CRM do município de Crato, leis, documentos e publicações oficiais que correspondiam ao universo da problemática da violência contra a mulher. A análise dos dados ocorreu por meio das estatísticas colhidas durante sua realização.

Nas próximas seções será exposta a metodologia desenvolvida, abordando as estratégias de pesquisa, as questões éticas e as formas de produção e análise dos dados e, em seguida, apresentados os resultados da pesquisa. Esta última seção retrata e analisa os dados encontrados por meio da intervenção, fazendo considerações a luz de autores sobre o perfil da vítima, das agressões e do atendimento realizados pelo equipamento.

PESQUISA E INTERVENÇÃO POR MEIO DA RESIDÊNCIA SOCIAL: o percurso e as escolhas metodológicas

Este estudo apresenta abordagem quanti e qualitativa, por privilegiar a interpretação dos dados colhidos, a fim de analisar o fenômeno de violência contra a mulher vivenciado pelas usuárias do CRM, realizando uma coleta dos dados e indicadores sobre violência contra a mulher decorrentes dos atendimentos prestados pelo CRM do município de Crato.

Para Flick (2009), a pesquisa qualitativa tem relevância particular ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida, que exigem uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. Caracte-

riza-se pelo “aprofundamento da compreensão de um grupo social” (Goldenberg, 1997, p. 34), através da interpretação dos dados para dar significado ao fenômeno estudado, entender sua natureza, contextos sociais, reconhecimento e análise de diferentes perspectivas.

Segundo Diehl (2004), a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social utilizado para a coleta de dados, que se utiliza da quantificação por meio de medidas estatísticas com o objetivo de encontrar resultados na análise desses dados, de forma a garantir maior margem de segurança à pesquisa e evitar possíveis distorções de análise e interpretação. Caracteriza-se pelos mecanismos de coleta de informações e tratamento, percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão e outros (Michel, 2005).

O CRM não detém indicadores suficientes para refletir, de forma aprofundada, a realidade de todos os equipamentos de mesma natureza. Portanto, a carência de dados, nesse sentido, reflete a ausência de uma política de sistematização dos dados que oriente a atuação dos agentes e instituições públicas no que diz respeito à questão da violência contra a mulher, ainda que no âmbito específico do CRM. Dessa forma, a análise quantitativa nos permite avançar para uma abordagem qualitativa, nos marcos da pesquisa-ação.

Os dados colhidos foram analisados a partir de análise estatística-descritiva ao não contemplar técnicas de comparação e a se utilizar apenas da apresentação dos dados em análise por medidas simples como média e porcentagem e de representação gráfica, na tentativa de se assegurar a exatidão no plano dos resultados qualitativos (Richardson, 2011).

O presente trabalho está tipificado como uma pesquisa-ação, que pode ser definida como:

[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou ainda, com a resolução de um problema coletivo, onde todos os pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 1985, p. 14).

A pesquisa-ação como método de intervenção em uma organização se caracteriza pelo caráter participativo e de contribuição à mudança social. Segundo Elliot (1997), a pesquisa-ação se modifica continuamente em espirais de reflexão e ação em que cada espiral envolve uma fase: 1) diagnosticar o problema; 2) formular estratégias; 3) desenvolver e avaliar essas estratégias; 4) ampliar e compreender a nova situação; e 5) proceder aos mesmos passos para a nova situação prática.

Este tipo de pesquisa permite ao seu realizador uma flexibilidade diferente dos outros tipos de pesquisa, por estar baseada nas relações entre o pesquisador e o objeto (Gil, 2019). O alinhamento entre a ferramenta da pesquisa-ação e o método da residência social foi uma escolha metodológica de modo a fundamentar e complementar as estratégias e resultados da pesquisa.

A base de dados considerada nas nossas análises foi produzida mediante a experiência da “residência social”, metodologia elaborada pela pesquisadora Tânia Fischer no contexto da formação na área de Gestão Social (Fischer, 2014), definida como metodologia transversal para formação profissional e acadêmico em nível de graduação e pós-graduação. Ela é inspirada parcialmente na ideia de residência médica, na qual os médicos se submetem a um treinamento extensivo para adquirir conhecimentos, competências e habilidades em um determinado ramo da medicina.

A residência social é uma prática difundida nos cursos vinculados ao campo de públicas³ e se dá através da interação do pesquisador com os atores da organização em que ele está inserido, através de três processos: 1) imersão: fase em que se começa a interagir com os atores e a organização, fase de reconhecimento; 2) diagnóstico: percepção das potencialidades e dificuldades, demandas da organização; e 3) intervenção: proposta de solução para o que foi diagnosticado na organização (Fischer, 2014).

3 Campo de formação, pesquisa e atuação profissional que congrega os cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social.

A residência social está alicerçada na combinação entre conhecimento interdisciplinar – articulando diferentes áreas de conhecimento científico com os saberes presentes na vida social –, imersão prática – experienciando a vivência prática no contexto cotidiano das organizações – e pesquisa-ação – utilizando técnicas de pesquisa, diagnóstico e intervenção simultânea com participação ativa dos interessados (Schommer; França-Filho, 2010).

No contexto prático da residência social são combinadas diferentes estratégias e ferramentas metodológicas, por meio das quais o residente produz dados qualitativos e quantitativos com base nas interações de conhecimento com os atores da organização em que a imersão ocorre. A imersão na realidade estudada e o acúmulo de experiências profissionais da organização gera os insumos para a produção do diagnóstico da organização que fundamenta o plano de ação ou melhoria. Nesse sentido, estão incluídos também elementos da pesquisa-ação, por meio da residência, são propostas soluções para os problemas identificados em conjunto com os atores envolvidos no contexto da residência social.

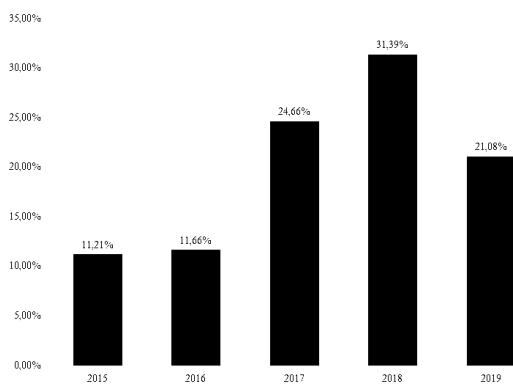
Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, a imersão ocorreu junto ao CRM no município de Crato. Durante o processo de imersão, foram realizadas atividades de observação, reuniões e análise documental que fundamentaram o diagnóstico e plano de ação para a organização. O diagnóstico indicava a necessidade de produzir um banco de dados padronizado para gerir o conjunto das informações produzidas sobre o atendimento de mulheres em situação de violência no município. A residência social permitiu entender os desalinhamentos entre pessoas, processos que geravam prejuízo para a gestão de documentos físicos que acabavam se acumulando sem um registro padronizado e organizado. Por meio da residência social foi construído um banco de dados referente ao atendimento ao público praticado no âmbito do CRM do município no período de janeiro 2015 a setembro de 2019 que é analisado neste trabalho.

AS DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE CRATO

Nesta seção, apresentamos o perfilamento das usuárias do equipamento, mulheres vítimas de violência que buscaram seus serviços; das agressões sofridas; e dos atendimentos realizados pelo CRM. Esses perfis foram traçados a partir dos dados coletados pelo banco de dados criado durante a fase de intervenção na residência social e consiste na informação a ser gerida e utilizada nas ações do CRM, tendo em vista que este equipamento é responsável pelo atendimento assistencial a mulheres vítimas de qualquer tipo de violência e desde sua fundação, em 2015, até setembro de 2019 tem apresentado um notório crescimento na procura pelos seus serviços, como pode-se constatar no Gráfico 1.

Para o cálculo do Gráfico 1, assim como para os demais que serão apresentados a seguir, foram considerados os 223 casos que estavam com *status* em aberto no CRM durante a pesquisa, destes, 25 correspondem ao ano de 2015 quando o CRM foi fundado, 26 ao ano de 2016, 55 ao ano de 2017, 70 ao ano de 2018 e 47 casos chegaram ao equipamento de janeiro a setembro de 2019. Demonstrando, portanto, a importante atuação do centro de referência no enfrentamento a violência contra a mulher no município de Crato, refletida a partir da crescente procura pelos seus serviços.

Gráfico 1 – Atendimentos realizados pelo Centro de Referência da Mulher do Crato



Fonte: Elaboração Própria

Perfil da Vítima

O CRM atende mulheres com faixa etária de 18 a 59 anos, entretanto, de acordo com os dados coletados, identificou-se que as mulheres que buscam seus serviços têm na maioria dos casos idade entre 30 e 41 anos (46%), considerando que as fichas de atendimento são preenchidas com a idade da usuária quando procuraram o equipamento. Este perfil já vem sendo observado no Crajubar, em 2016 e em 2017, quando 54% das mulheres que registraram algum tipo de violência tinham entre 30 e 59 anos (Bueno; Lima, 2019). A Tabela 4 apresenta o número de casos que foram atendidos de acordo com os grupos de faixa etária das usuárias.

Tabela 1 – Idade das usuárias

Idade	Qtd. N° absolutos	Percentual
18 a 29 anos	61	28%
30 a 41 anos	102	46%
42 a 53 anos	47	21%
54 anos ou mais	10	5%

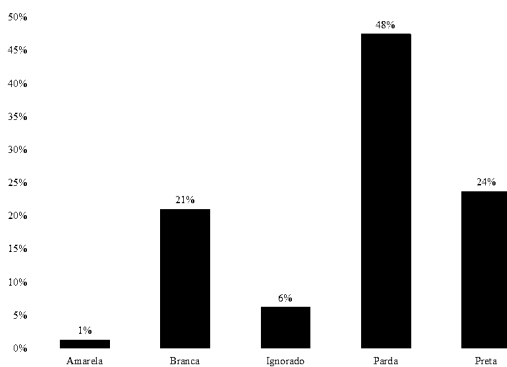
Fonte: elaborada pelos autores.

Com relação a raça/cor das usuárias revelou-se que 48% delas se autodeclararam pardas e 24% pretas. Essa delimitação segundo (Araújo; Albuquerque; Medina, 2018, p. 25) é importante “ferramenta [...] para se avaliar as sobreposições de violências a uma dada população” e para entendermos como a questão racial se reverbera nesse cenário. Ainda de acordo com as autoras, as mulheres negras (pardas e pretas) durante toda a história foram colocadas em uma posição de desvantagem na sociedade em relação a espaços sociais de poder e cidadania plena, isso tem se resvalado em um sistema de vulnerabilidades e violências desproporcionais contra elas.

O perfil de raça/cor encontrado no CRM é reflexo de uma realidade nacional como mostra o Atlas da Violência 2019, apontando que 66% de todas as mulheres vítimas de violência letal no Brasil são negras, evidenciando “a enorme dificuldade que o Estado brasileiro

tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas” (IPEA, 2019, p. 39). No Craju-bar, 8,46% das mulheres que registraram casos de violência também são negras, o maior percentual no quesito raça/cor, o que mais uma vez demonstra uma situação que precisa ser observada de maneira mais cautelosa no planejamento das ações de combate e prevenção de equipamentos como o CRM (Araújo; Albuquerque; Medina, 2018).

Gráfico 2 – Raça/cor das usuárias



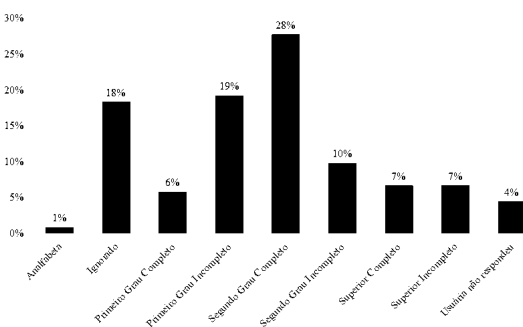
Fonte: Elaboração Própria, 2019.

No que concerne a escolaridade das usuárias, observa-se que 28% delas possuem segundo grau completo, ou seja, frequentaram “a escola até concluir, com aprovação, a última série do ensino médio, equivalendo a 12 anos de estudos concluídos” (Brasil, 2016, p. 35) o que obedece a ordem nacional de que “mulheres com maior grau de escolaridade (ensino médio e superior) tendem a reportar vitimiza-

ção superior quando comparadas às de baixa escolaridade” (Bueno; Lima, 2019, p. 13). Entretanto, ao observar o percentual seguinte, percebe-se que 19% das mulheres que relataram situação de violência no CRM, possuem apenas o primeiro grau incompleto, ou seja, frequentaram ou estão frequentando “a escola sem ter concluído a 8ª série do Ensino Fundamental” (Brasil, 2016, p. 35), o que sugere uma peculiaridade local que vai ao oposto do que se vivencia no cenário nacional, ou seja, as mulheres de baixa escolaridade têm buscado serviços de atendimento tanto quanto as que possuem maior grau de escolarização.

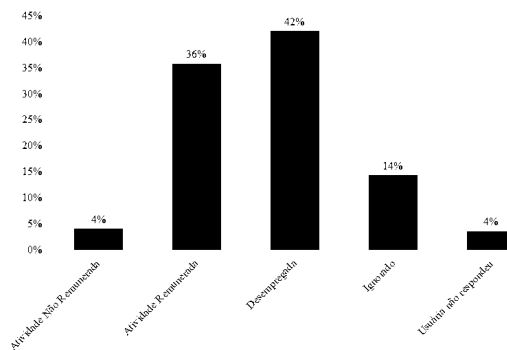
A observação sobre o grau de escolaridade das usuárias nos leva a um possível entendimento acerca da situação de desemprego relatada por 42% delas, seguidas por um percentual de 36% de mulheres que exercem atividade remunerada, como representado no Gráfico 5. Esses pequenos extremos podem ser mais bem explorados a partir de um estudo mais aprofundado sobre quais funções são exercidas por estas mulheres em suas atividades. No entanto, o Gráfico 6, apresenta a renda mensal das usuárias e mostra que 54% delas não possuem renda ou recebem menos de um salário e que somente 30% delas têm renda entre 1 a 2 salários. O Gráfico 7 revela outra informação importante ao evidenciar que 40% destas mulheres são beneficiárias de algum programa de governo –Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada etc. Essas informações nos

Gráfico 3 – Grau de Escolaridade

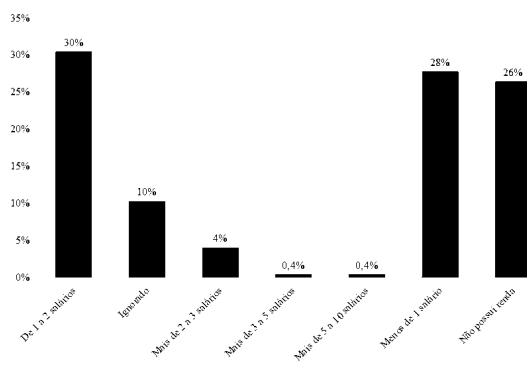
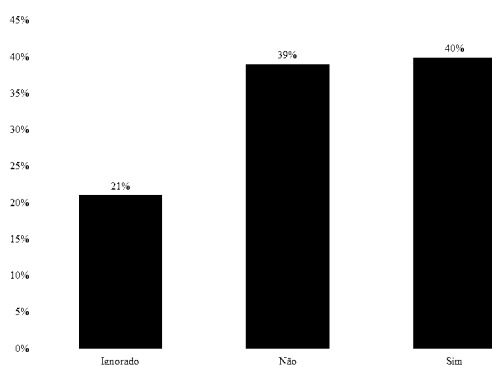


Fonte: Elaboração Própria, 2019.

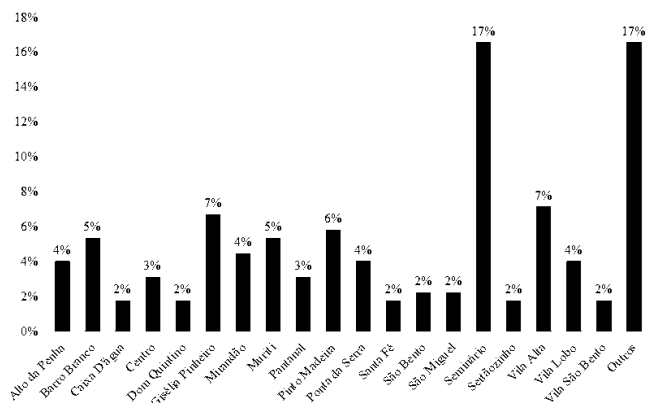
Gráfico 4 – Ocupação das usuárias



Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Gráfico 5 – Renda mensal**Gráfico 6 – Beneficiárias de programas de governo**

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Gráfico 7 – Bairros em que residem as usuárias

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

dão pistas de que as atividades que essas mulheres exercem têm baixa remuneração e que muitas delas têm, ao menos parcialmente, suas rendas provenientes de auxílios assistenciais do governo. Souza e Ros (2006), destacam que um dos motivos que fazem com que a mulher

permaneça na situação de violência é a dependência financeira do seu agressor, sendo assim, dar a elas subsídios para que possam buscar de forma autônoma sua própria renda se mostra uma ação de extrema importância na prevenção e combate do cenário de violência que elas vivenciam.

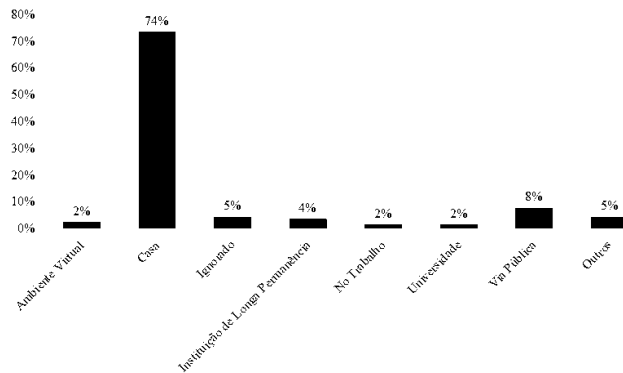
A respeito a zona de moradia, 78% das usuárias relataram residir na zona urbana do município de Crato. Sendo 17% de suas casas localizadas no bairro Seminário, que segundo Soares e demais autores (2017, p. 71), “com uma população superior à de muitos municípios da Região Metropolitana do Cariri, é o maior e mais populoso bairro do Crato”. O Plano Diretor Municipal caracteriza o bairro Seminário da seguinte forma:

Com uso predominantemente residencial, de média densidade, padrão habitacional precário e desenho urbano de baixa qualidade, possui comércio eventual do tipo misto. A população sofre com a insuficiência de infraestrutura básica e social, espaços de lazer coletivo, praças e áreas verdes. A população ressen-te-se, também, de insegurança no bairro (Crato, 2005, p. 139).

Trata-se, portanto, uma vulnerabilidade social deste território que pode ser observada também nos bairros Gisélia Pinheiro (7%) que compreende o recorte denominado Batateiras, Vila Alta (7%) e Pinto Madeira (6%). Isso evidencia a necessidade de ações voltadas para estes bairros na perspectiva de conscientizar e prevenir a população acerca da violência, tendo em vista que, em 74% dos casos atendidos pelo CRM, as agressões contra as usuárias acontecem em suas residências. Trata-se, no entanto, de uma situação vista em todo o país, como destaca o Mapa da Violência, evidenciando que “a residência é o

local privilegiado de ocorrência da violência [...] para o sexo feminino” apontando-as com índice de 71,9% dos casos registrados no Brasil como o local onde a situação de violência relatada acontece (Waiselfisz, 2015, p. 50).

Gráfico 8 – Local em que a violência acontece



Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Como consideram Souza e Ros (2006), as políticas de enfrentamento a violência contra a mulher precisam sobressair do tradicional costume de deter-se apenas a ações curativas e se direcionar de forma mais articulada para ações preventivas.

Quanto a situação conjugal, obteve-se que 45% das usuárias são casadas ou vivem uma união estável. A vitimização de mulheres com essa característica é observada a nível Crajubar desde o ano de 2016, apresentando um percentual correspondente a 30,4% dos registros. Conforme apontado pelos levantamentos do Atlas da Violência, embora o ambiente privado em que esses episódios de agressão ocorrem favoreça a subnotificação, há uma forte regularidade que

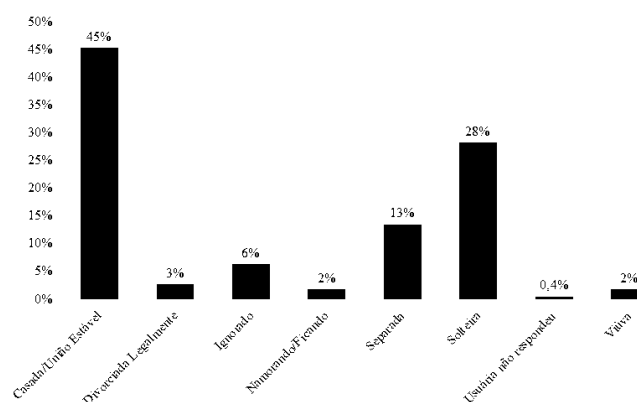
apresenta pessoas da convivência próxima da vítima como autoras recorrentes da agressão (IPEA, 2021). A autoria presumida de violência doméstica praticada por cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados revelam que as mulheres em situação de suscetibilidade a essa situação quando demonstrado que a vitimização acontece dentro da própria residência da vítima. Isso se confirma quando analisamos o

sexo do(a) agressor(a) e o vínculo da vítima com ele(a) e percebemos que em 86% dos casos o agressor é um homem, conforme mostrado no Gráfico 11.

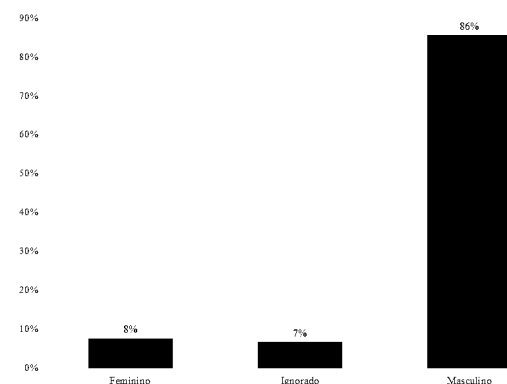
Segundo Araújo, Albuquerque e Medina (2018, p. 25) este “homem agressor, em geral, é uma pessoa da convivência das mulheres em situação de violência, estando dentro da própria casa e pertencente ao convívio intrafamiliar”, é o que nos mostra o Gráfico 12 quando evidencia que em 35% dos casos os cônjuges das usuárias são apontados como o perpetrador da violência e em 23% seus ex-cônjuges,

salienta-se que concernente ao último dado se faz importante considerar que no momento em que a vítima busca o equipamento ela pode estar vivenciando uma tentativa de rompimento da relação com seu agressor e que por esse motivo o considera enquanto “ex”, mas em um momento seguinte a relação pode ser reatada e a condição de cônjuge não é atribuída ao agressor na ficha de atendimento. Tudo se passa como se as mulheres em situação de união estável e casamento estivessem mais expostas ao risco de sofrerem formas de violência que em sua forma extrema se materializa como feminicídio.

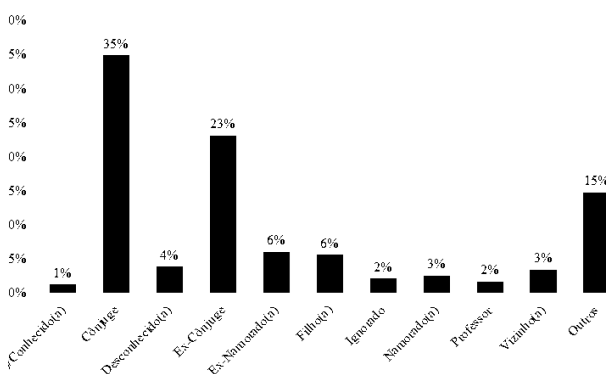
Gráfico 9 – Situação Conjugal da Usuária



Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Gráfico 10 - Sexo do(a) agressor(a)

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Gráfico 11 – Vínculo com o(a) agressor(a)

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

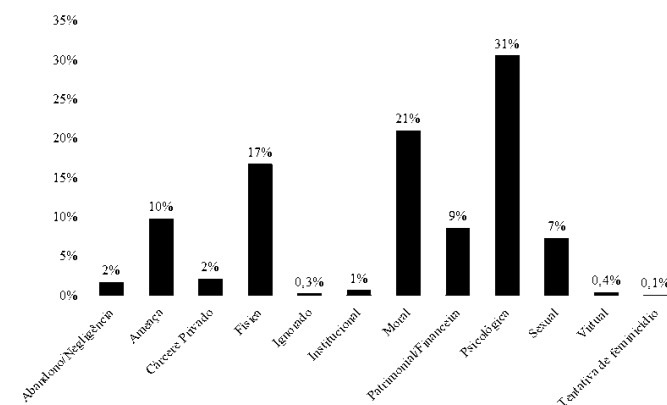
Perfil da Agressão

Os tipos de violência mais relatados pelas usuárias do CRM são, como detalha o Gráfico 13, violência psicológica (31%), moral (21%), física (17%), ameaças (10%) e violência sexual (7%). Vale ressaltar que as 223 usuárias registraram no equipamento 679 manifestações de violência, pois como mencionado essas violências não ocorrem de modo isolado, mas concomitante e progressivamente. Como demonstra o Gráfico 14, essas violências ocorreram em 478 manifestações de agressões de tipos variados, mas predominantemente por meio verbal (36%), de ameaças (29%) e de força

corporal/espancamento (28%) evidenciando o perfil de violências sofridas encontrado. Foram registradas tendo como motivação, segundo as usuárias ou identificadas pela equipe do CRM, por 467 situações, haja vista que uma mesma agressão pode ter tido como motivo mais de um aspecto. O Gráfico 15 as descreve como tendo ocorrido principalmente por sexismo (33%), desentendimento (24%), ciúme (22%) e consumo de álcool ou outras drogas (12%).

Em 2021 foi embasada em lei a tipologia criminal da violência psicológica contra a mulher. Esse instituto aperfeiçoa o conceito de violência psicológica preconizada na própria Lei Maria da Penha⁴. No contexto da nossa pesquisa, considerando os aspectos discutidos por Brasil (2016), que inclui a prática da ameaça como uma forma de violência psicológica, 62% das agressões vividas pelas usuárias podem ser enquadradas nessa tipologia.

Silva, Coelho e Caponi (2007) argumentam que a violência psicológica no contexto da violência doméstica é um processo silencioso que progride sem ser identificado, que, no entanto, produz marcas profundas para a vítima. Outro

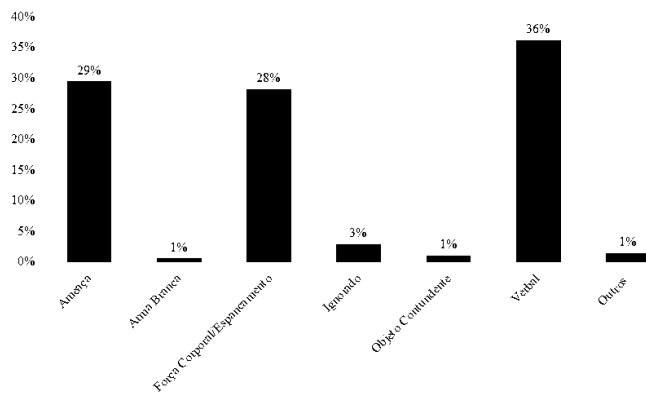
Gráfico 12 – Tipos de violência sofrida

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

dado trazido pelo estudo é que a violência física é precedida pela violência psicológica nos

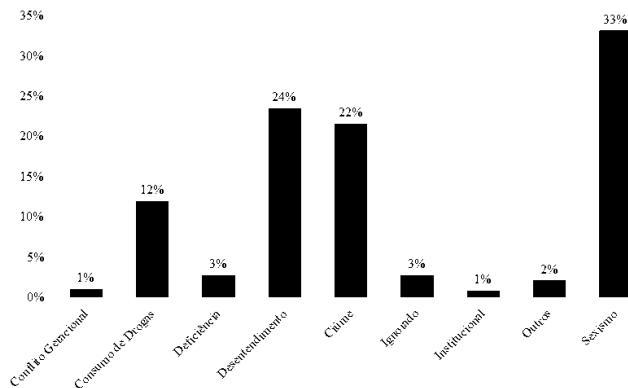
⁴ A Lei nº 14.188, de 29 de julho de 2021, incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra mulher.

Gráfico 13 – Meio da agressão



Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Gráfico 14 – Motivo da agressão



Fonte: Elaboração Própria, 2019.

casos observados, nesse sentido, identificar a violência psicológica é uma tarefa central para a prevenção da escalada para a violência física e letal. Entre os efeitos de longo prazo, as autoras apontam problemas relacionados à autoestima, desenvolvimento pessoal e identidade das vítimas que podem também resultar no adoecimento mental, levando a quadros severos de depressão e ansiedade.

Em seu estudo sobre mulheres residentes em áreas rurais no Rio Grande do Sul, Oliveira e demais autores (2017) procuram identificar os fatores associados à violência psicológica praticada por seus parceiros íntimos. As análises quantitativas sugerem alguns fatores para interpretação das causas e implicações do fenômeno: a) mulheres com diagnóstico de depressão prévio apresentaram maior probabili-

dade de relatar violência psicológica; b) o estado civil da vítima altera a propensão à vitimização, mulheres solteiras, divorciadas, separadas e viúvas apresentavam maior probabilidade de vitimização em relação às mulheres casadas; c) o consumo de álcool também foi associado a uma maior probabilidade do relato de violência psicológica.

Este tipo de violência guarda em suas formas os primeiros sinais de uma situação de violência sendo, portanto, considerada a porta de entrada para as demais como aponta Silva, Coelho e Caponi (2007). Trata-se de um fenômeno silencioso e invisível e que não deixa marcas físicas. As marcas que essa violência causa no campo psíquico das suas vítimas, provenientes sobretudo da interiorização do que é dito pelo seu agressor, fazem com que “elas percam, com o passar do tempo, dentre outras coisas, sua autoestima e sofra perdas significativas em sua saúde física e mental”, e emocional, provocando um processo de adoeci-

mento decorrente do seu sofrimento.

Observa-se nas vítimas dessa violência, sofrimento psíquico, segundo elas mais intenso do que a violência na forma de agressão física. O sofrimento psíquico e seu efeito cumulativo podem vir a desenvolver doenças psicossomáticas variadas; como por exemplo, isolamento social, insônia, distúrbios alimentares, e depressão, sendo esta última a mais comum, pois dentre os fatores citados como psicodinâmicos desencadeadores da depressão estão os eventos estressores do ambiente familiar. É importante destacar que a violência psicológica não afeta somente a vítima de forma direta. Ela atinge a todos que presenciam ou convivem com a situação de violência. Por exemplo, os filhos que testemunham a violência psicológica entre os pais podem passar a reproduzi-la por identificação ou por naturalização do comportamento, passando a agir de forma semelhante com a irmã, colegas de escola e, futuramente, com a namorada e esposa/companheira (Silva; Coelho; Caponi, 2007, p. 98).

Embora tenha sido fortemente percebida pelas usuárias do CRM, acredita-se que esse índice seja ainda maior, uma vez que as situações que inferem a violência psicológica

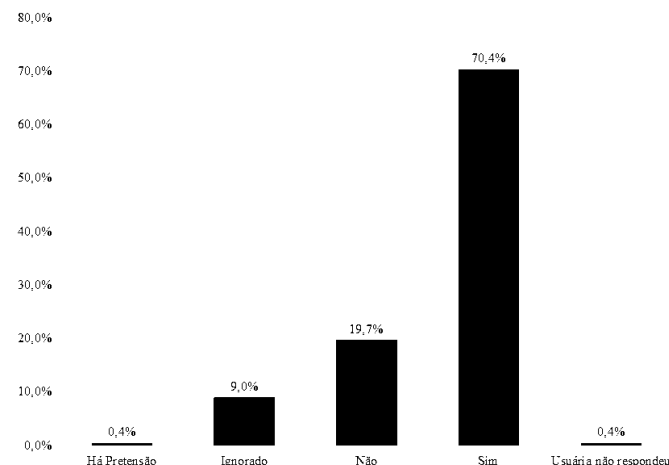
[...] nem sempre são identificáveis pela vítima por estarem associadas a fenômenos emocionais frequentemente agravados por fatores como: o álcool, a perda do emprego, problemas com os filhos, sofrimento ou morte de familiares e outras situações de crise (Silva; Coelho; Caponi, 2007, p. 97).

Assim, as vítimas dificilmente associam o comportamento do seu agressor e acabam por vezes buscando justificar tais atos, legitimando os discursos de seus companheiros e replicando frequentemente um pensamento de que merecem estar ou que são culpadas por essas situações, gerando sem perceber o pano de fundo mais corriqueiro da situação de violência doméstica: a dependência psicológica, tão grave quanto a dependência financeira já mencionada.

O cenário de violência psicológica frequente leva aos caminhos de outras agressões, mais evidentemente à agressão física, também observada no perfil do CRM com percentual de 17% e, conforme Fonseca, Ribeiro e Leal (2012, p. 311), basta que uma primeira violência dessa natureza ocorra para que “qualquer atitude ou palavra dispensada inicie o evento de agressão, tornando-se constantes as brigas e

discussões [...] ocorrendo quase diariamente”, como relatado por 47% das usuárias do CRM e como destaca o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Houve denúncia da agressão

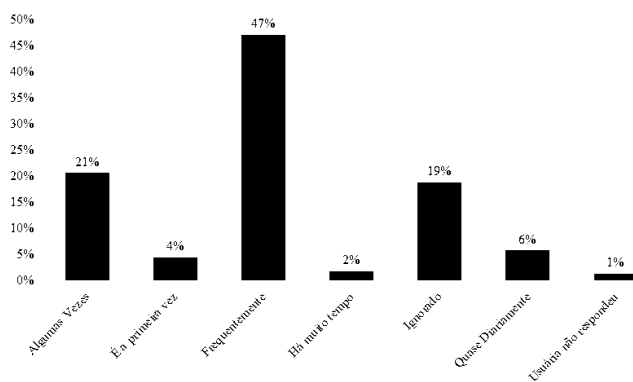


Fonte: Elaboração Própria, 2019

A violência sexual, por sua vez, demonstra caráter semelhante à violência psicológica no que concerne a percepção da vítima, sobretudo daquelas que a sofrem pelos seus parceiros sejam eles ficantes, namorados ou cônjuges. Como ressalta Araújo, Albuquerque e Medina (2018), a ideia de estar em uma relação fixa com alguém faz com que as mulheres se vejam na obrigação de estar disponível a manter relações sexuais mesmo contra a sua vontade e que seus companheiros se achem no direito de fazê-lo independente do seu consentimento. Ambas as situações caracterizam um ato de violência sexual, mas raramente as vítimas conseguem percebê-las como tal.

Com relação ao perfil dessas formas de violência sofrida, observa-se ainda a timidez das medidas de conscientização atreladas a capacidade das vítimas identificarem as violências que estão sofrendo, e carências no âmbito das formações de profissionais para que estejam preparados para acolher e atender a essas mulheres de modo a promover a percepção delas

Gráfico 15 – Incidência da violência



Fonte: Elaboração Própria, 2019

acerca da situação que vivenciam, preferencialmente quando ainda se encontra em fase inicial (Silva; Coelho; Caponi, 2007). Por fim, novamente enfatiza-se a importância da prevenção e discussão da violência em espaços que propiciem um alcance de informações sobre essa problemática de modo significativo.

Perfil do Atendimento

Antes de iniciar propriamente a análise do perfilamento dos atendimentos, um outro dado ligado a característica dos casos que são atendidos pode ser ressaltado para salientar a importância do trabalho do Centro de Referência da Mulher do Crato, na perspectiva de demonstrar que este equipamento tem acompanhado de forma singular as mulheres vítimas de violência do município.

Os Gráficos 17 e 18, revelam que 70% dos casos foram denunciados a outros órgãos oficiais, sobretudo à Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), no entanto, em 46% deles não houve instituição ou solicitação por parte desses órgãos de medida protetiva para estas mulheres. Houve ainda durante a pesquisa a percepção por meio da análise das fichas de atendimento, de que entre os 20% dos casos em que não foi realizada denúncia, houve situações em que as mulheres chegaram a procurar órgãos oficiais, mas que o B.O. não foi registrado.

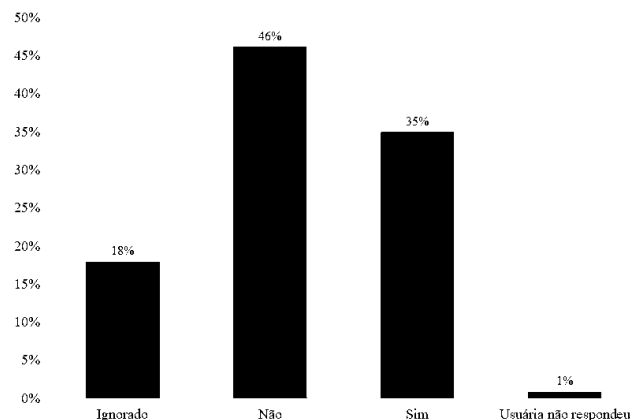
Deste modo, os serviços do CRM são o único acompanhamento que essas usuárias recebem de forma mais significativa, por esse motivo, o equipamento acaba tomando para si a responsabilidade de promover o acesso dessas mulheres a seus direitos e de buscar soluções junto a elas para a situação em que se encontram. Essa atividade se mostra muitas vezes

complexa, demandando articulação, logística e assistência desproporcional aos recursos que o CRM tem.

Sobre aos atendimentos realizados pelo Centro de Referência Maria Yara de Brito Gonçalves, o Gráfico 19 evidencia que as mulheres buscaram os seus serviços e chegaram ao equipamento espontaneamente (37%), ou seja, sem que nenhum órgão da rede de enfrentamento do Crajubar as tenha encaminhado. No entanto, quando se trata de outras fontes de origem, a DDM aparece como o órgão que mais as encaminha para o CRM.

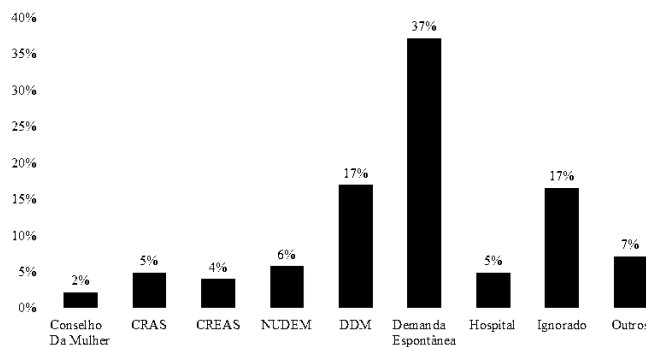
Em relação aos encaminhamentos pós-notificação, o que o Gráfico 19 mostra é que o CRM tende a solicitar que as mulheres retornem para seus serviços (29%), entretanto esse percentual pode ser ainda maior se considerar-

Gráfico 17 – Houve instituição/solicitação de medida protetiva perante a denúncia

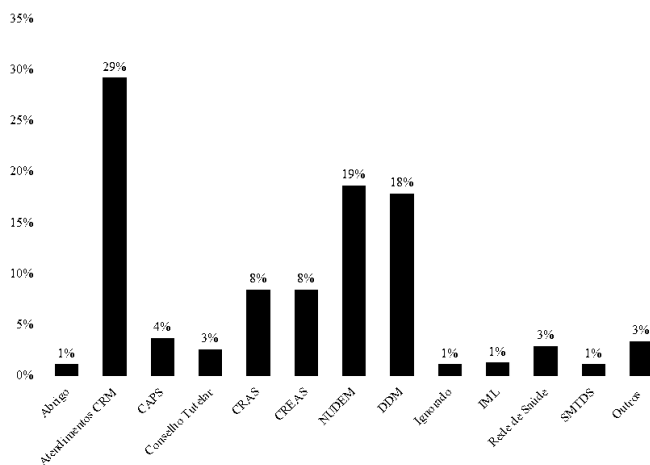


Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Gráfico 18 – Origem do caso



Fonte: Elaboração Própria, 2019.

Gráfico 19 – Encaminhamentos pós-notificações

Fonte: Elaboração Própria, 2019.

mos os casos em que essa informação não foi registrada nas fichas de atendimento, e por conseguinte no banco de dados. Entre os órgãos que o CRM mais encaminha suas usuárias estão: 19% Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), 18% DDM, 8% Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e 8% Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

Revela-se, portanto, que embora não seja significativamente acionado por outros órgãos, apesar do relevante trabalho que desempenha, o CRM do Crato tem buscado estabelecer relações com os demais equipamentos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Apontando, a consciência das profissionais que fazem parte desse órgão, sobre a necessidade de um trabalho coletivo e multidisciplinar no combate e prevenção a violência de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher tem tomado proporções alarmantes no Brasil e se tornado cada vez mais um fenômeno complexo de se prevenir e combater, uma vez que não somente a quantidade de crimes dessa natureza têm aumentado como também sua qualidade, no sentido de que as violências sofridas

por elas se mostram cada vez mais e mais severas (Silva; Coelho; Caponi, 2007). Diante disso, a violência de gênero exige uma série de medidas para o seu enfrentamento e as iniciativas públicas, sejam programas, políticas, projetos, entre outros, que têm por finalidade estar na linha de frente desta problemática precisam, além de um trabalho em rede multidisciplinar, de estratégias inovadoras para prevenir e combater a violência de forma direcionada.

Se o fenômeno da violência de gênero consegue se renovar e se tornar cada vez mais complicado,

as ações que visam enfrentá-lo precisam estar munidas da tecnologia a favor da vida. Nesse sentido, a gestão e o uso da informação podem significar, como vimos na experiência da área da segurança pública, uma nova ferramenta fundamental nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher como um todo, desde seus processos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação. Configurando-se, portanto, como importante instrumento para a promoção de ações assertivas e da captação de conhecimento acerca da temática.

Por meio da informação se torna possível mensurar o problema que temos enfrentado em relação à violência de gênero, não no sentido de transformar vidas em números, mas de retratar uma realidade ainda pouco enxergada em relação a sua magnitude. Mensurá-la para combatê-la e preveni-la, para compreender como essas ações são necessárias e para que haja um convencimento político de que é preciso fazer mais pelas mulheres vitimizadas pela situação de violência. Para isso, é primordial que a informação primeiramente exista.

Neste trabalho, foi possível diagnosticar peculiaridades acerca dos perfis das vítimas, das agressões sofridas e dos atendimentos realizados pelo CRM no município de Crato. A delimitação feita sobre o território em que essas mulheres vivem: em regiões periféricas da

cidade e com indicadores de vulnerabilidade social. Uma outra importante informação destacada foi sobre os tipos de violência sofridas pelas usuárias do CRM, com preponderância da violência psicológica, comportando, de certa maneira, uma centralidade para desenvolver políticas de prevenção e mensuração dessa tipologia de vitimização. Por fim, no perfil dos atendimentos duas dimensões podem ser enfatizadas, a do trabalho em rede que ainda se mostra pouco desenvolvido no Crajibar e na região metropolitana do Cariri como um todo. O expressivo percentual de mulheres que não estão protegidas por medida protetiva, contando apenas com os serviços da rede de enfrentamento à violência.

A base de dados gerada a partir da intervenção apresentadas nesse artigo traz uma série de insumos que podem ser trabalhados futuramente em análises quantitativas. Algumas correlações podem ser mencionadas a título de hipótese: a violência psicológica como fator determinante na situação de violência; a relação escolaridade-renda na permanência do relacionamento abusivo etc.

Outras pesquisas poderão aprofundar temas apontados em nossa análise, como o impacto dos equipamentos de atendimento na vida das mulheres vítimas de violência e sobre o cenário estadual da violência contra a mulher. Embora o Ceará venha se destacando negativamente nessa problemática, ano após ano, poucos são os estudos que abordam qual a realidade vivenciada pelas mulheres cearenses, sobretudo as residentes em municípios do interior e o que se tem feito para lidar com esse cenário.

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2022
Aceito para publicação 03 de dezembro de 2024

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, T. A. P. Medidas protetivas de urgência: natureza jurídica e parâmetros decisórios. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 27, p. 131-172, 2019.
- ARAÚJO, M. de L. G.; ALBUQUERQUE, G. A.; MEDINA, L. L. G. (org.). *Perfil da violência e monitoramento da violência contra a mulher na região do Cariri em 2017*. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2018.
- AUGUSTO, O. Média mensal de casos de violência contra a mulher cresce 24% em um ano. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Lei nº11.340 de 07 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as mulheres, 2011.
- BUENO, S.; LIMA, R. S. (org.). *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. 2. ed. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- CÔRTEZ, G. R.; DIAS, K. C.; LUCIANO, M. C. F. A Informação no Enfrentamento à Violência Contra Mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. *Biblionline*, João Pessoa, v. 8, p. 136-152, 2012.
- CRATO. Prefeitura Municipal. Plano Diretor Municipal. 2005. Disponível em: https://www.crato.ce.gov.br/arquivos/1870/LEIS%20MUNICIPAIS_2.079_2005_0000001.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.
- DIEHL, A. A. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- ELLIOT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: GERARDI, C. M. C.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. de A. (org.). *Cartografias do trabalho docente: professor(a) - pesquisador(a)*. Campinas: Mercado de Letras, 1997. p. 137-152.
- FISCHER, T. Residência social. In: BOULLOSA, R. de F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS, 2014. p. 159-161.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. 3 reimp. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- IBGE. *População*. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/panorama>. Acesso: 10 out. 2019.
- IBGE. *População no último censo*. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/panorama>. Acesso: 10 out. 2019.

- IPEA (org.). *Atlas da Violência 2019*. Brasília, DF: FBSP, 2019.
- IPEA (org.). *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, A. S. L. A. de. *et al.* Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 30, n. 4, p. 1-12, 2021.
- PAULINO, N.; PINUSA, S. Ceará foi o segundo estado onde mais se matou mulheres em 2018. *G1 CE*, Ceará, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/noticia/2019/03/08/ceara-foi-o-segundo-estado-ondemais-se-matou-mulheres-em-2018.ghtml>. Acesso: 25 jun. 2019.
- QUEIROZ, I. da S. Região Metropolitana do Cariri Cearense, A Metrópole Fora do Eixo. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set./dez. 2014.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. 13 reimp. São Paulo: Atlas, 2011.
- SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31087>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência Silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007.
- SOARES, B. F. *et al.* Território E Espaço Urbano: Uma Análise Sobre O Processo De Formação/Expansão Do Bairro Seminário Em Crato-CE. *Revista de Geografia*, Recife, v. 34, n. 3, p. 63-85, 2017.
- SOUZA, P. A.; ROS, M. A. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento abusivo. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 40, p. 509-527, out. 2006.
- THIOLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.
- WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: FLACSO, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso: 21 fev. 2019.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Wendell de Freitas Barbosa – Escrita. Esboço original. Escrita - revisão e edição. Supervisão. Investigação. Conceitualização. Curadoria de dados. Análise formal. Metodologia.

Palloma Sthefhanny Brito Lima – Escrita - esboço original. Escrita - revisão e edição. Investigação. Metodologia. Conceitualização. Curadoria de dados. Análise formal. Metodologia.

Wendell de Freitas Barbosa - Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Ceará Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em rede Nacional da UFCA, é líder do Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública da UFCA desenvolvendo pesquisas sobre políticas de segurança pública e dinâmicas da violência urbana. Como publicações de destaque na trajetória dos autores mencionamos: BARBOSA, WENDELL; SÁ, LEONARDO. REDEFINIÇÕES DA CONDIÇÃO DE MORADOR: classificações das clientelas no mandato policial cotidiano e suas consequências nas relações entre polícia e população. *Cadernos CRH (Online)*, v. 28, p. 639-656, 2015. BARBOSA, WENDELL. Os chamados da população para a polícia: a gestão policial do território em contextos de aproximação entre polícia e população, o caso do Ronda do Quarteirão / The calls for service made to the police: the police management of territory in contexts of approximation between police and population, the case of -Ronda do Quarteirão-. *Direito, Estado e Sociedade*, v. 1, p. 225-251, 2018. BARBOSA, WENDELL.. ‘Enrolar’, ‘se enrolar’ e ‘desenrolar’: punições e accounts nas relações de polícia e população. *DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL*, v. 10, p. 215-239, 2017. BARBOSA, Wendell de F. Buscar e evitar a ação policial: os dilemas operacionais dos policiais militares na execução do ?serviço de rua? no Ceará. *REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA*, v. 15, p. 178-195, 2021.

Palloma Sthefhanny Brito Lima - Bacharela em Administração Pública pela UFCA. Trabalha com temas relacionados à situação de mulheres vítimas de violência e políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.

TITULO

Wendell de Freitas Barbosa
Palloma Sthefhanny Brito Lima

This paper analyzes the phenomenon of violence against women in the city of Crato, Ceará, Brazil, from the perspective of the service provided by the Centro de Referência da Mulher (CRM) from January 2015 to September 2019. The data presented were possible through the experience of social residence combining elements of qualitative and quantitative research. Based on the database produced from this public policy, it was possible to understand the profiling of the users of the equipment; of the aggressions suffered by them; and the services provided by the CRM in the city.

KEYWORDS: Violence Against Women. Public Policy; Centro de Referência da Mulher.

TITULO

Wendell de Freitas Barbosa
Palloma Sthefhanny Brito Lima

Cet article analyse le phénomène de la violence contre les femmes dans la ville de Crato, Ceará, Brésil, du point de vue du service fourni par le Centro de Referência da Mulher (CRM) de janvier 2015 à septembre 2019. Les données présentées étaient possibles à travers l'expérience de la résidence sociale combinant des éléments de recherche qualitative et quantitative. Sur la base de la base de données issue de cette politique publique, il a été possible de comprendre le profilage des utilisateurs des équipements; des agressions subies par eux; et les services fournis par le CRM dans la cité.

MOTS CLÉS: Violence contre les femmes; Politique Publique; Centro de Referência da Mulher.